

# Sumário

---

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1. CRÉDITOS DE PIS/COFINS “VINCULADOS” A OPERAÇÕES COM PRODUTOS SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA</b> .....	<b>17</b>
LÍVIA LEAL FERNANDES SATURNINO DE MORAES e JOSÉ GUILHERME COSTA	
Introdução.....	17
1. Tema Repetitivo STJ nº 1093.....	19
2. Tema de Repercussão Geral STF nº 756.....	23
2.1. Como foi.....	23
2.2. E se?.....	24
3. “Créditos vinculados” e a extensão do art. 17 da Lei nº 11.033/2004 .....	26
4. Créditos possíveis e a visão madura do CARF em 2022.....	30
Conclusão .....	34
<b>2. O ARTIGO 150, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A NÃO DEFINITIVIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS, COFINS E DO ICMS ...</b>	<b>37</b>
JANSSEN MURAYAMA, MARIANA DE OLIVEIRA FERREIRA e MARIANA VALENÇA	
1. Panorama geral e Temas nºs 201 e 228 do STF .....	37
2. Entendendo o regime da substituição tributária na sistemática do PIS/COFINS e do ICMS .....	38
3. O direito ao ressarcimento do ICMS recolhido a maior na substituição tributária...	41
4. “Vento que venta lá venta cá”: o dever de complementação do ICMS recolhido a menor na substituição tributária.....	45
5. A criação de regimes especiais pelas Fazendas Estaduais .....	46
6. Conclusão.....	48
Referências bibliográficas.....	49
<b>3. IRPJ e CSLL SOBRE SELIC: O TEMA 962 E SUAS “TESES-FILHOTES”</b> .....	<b>51</b>
GIUSEPPE PECORARI MELOTTI, LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA e THAÍSSA VALLE	
1. Generalidades .....	51
2. Os desdobramentos e “teses-filhotes” do Tema 962 .....	57
2.1. Não incidência do PIS e da COFINS sobre os valores relativos à SELIC recebida na repetição do indébito tributário .....	57

2.2.	Não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à SELIC recebida no levantamento de depósitos judiciais .....	59
3.	Não incidência de IRPJ e CSLL sobre os juros de mora e correção monetária recebidos em decorrência de inadimplemento de contratos privados.....	60
4.	Conclusão .....	63
<b>4.</b>	<b>O CONCEITO DE INSUMO PARA FINS DE CREDITAMENTO DO PIS E DA COFINS, À LUZ DOS JULGAMENTOS DOS TEMAS REPETITIVOS 779 E 780 DO STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 1.221.170/SP) E DO TEMA 756 DAS REPERCUSSÕES GERAIS DO STF (RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 841.979/PE) .....</b>	<b>65</b>
	ALEXANDRE LUIZ MORAES DO RÊGO MONTEIRO e MARCELO EMERY DE SIQUEIRA PINTO	
1.	Generalidades .....	65
2.	Breves considerações sobre a não cumulatividade constitucional para as contribuições ao PIS e da COFINS.....	66
3.	O conceito de insumo para tomada de créditos de PIS e COFINS. Análise das distintas interpretações sobre a previsão do artigo 3º, II, das Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003 .....	69
4.	O conceito de insumo e a atividade de comércio .....	76
5.	Síntese conclusiva.....	79
<b>5.</b>	<b>TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE PARTES VINCULADAS E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA (ARESP 511.736/SP) .....</b>	<b>81</b>
	FRANCISCO LISBOA MOREIRA	
1.	Introdução.....	81
2.	O AREsp 511.736/SP .....	81
3.	O PRL e as questões em debate no AREsp 511.736/SP .....	83
4.	Os avanços com a Lei n. 14.596/2023.....	89
5.	Conclusão .....	91
<b>6.</b>	<b>APLICABILIDADE NO MUNDO DIGITAL DA DECISÃO DO STF SOBRE TRIBUTAÇÃO DE SOFTWARE E O CONCEITO DE SERVIÇO/MERCADORIA (ADIS 5.659/MT E 1.945/MG) .....</b>	<b>93</b>
	DORIS CANEN e MARIANA ABRAHÃO FRANCO	
1.	Introdução: a relevância dos conceitos no mundo digital .....	93
2.	Conflito de competência e entendimento do STF nos julgamentos da ADI 1.945/MT e ADI 5.659/MG .....	97
3.	Aplicabilidade prática das decisões proferidas nas ADIs 5.659/MG e 1.945/MT ...	107
4.	Conclusão .....	109

<b>7. ISS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E A DEDUTIBILIDADE DOS MATERIAIS EMPREGADOS – UMA REVISÃO DOS JULGAMENTOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NOS TEMAS 247 DO STF E SÚMULA 167 DO STJ .....</b>	<b>111</b>
CAROLINA SENA VIEIRA e CAROLINE CAMILO DAGOSTIN	
1. Generalidades .....	111
2. Sobre a regra matriz de incidência do ISS .....	113
3. Do critério quantitativo do ISS .....	117
4. Da base de cálculo do ISS dos itens 7.02 e 7.05 na visão do STJ e do STF.....	120
5. Conclusão.....	130
<b>8. A TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSERÇÃO DE TEXTOS PUBLICITÁRIOS: ICMS OU ISS?.....</b>	<b>133</b>
GUILHERME CHAMBARELLI e ALANA DE CASTRO BARBOSA	
1. Generalidades .....	133
2. Entendimento do caso.....	134
3. O ISS e conceito de serviços segundo o STF .....	134
4. O ICMS e as atividades-meio .....	136
5. A incidência do ISS sobre serviços de inserção de textos publicitários e de propaganda em qualquer meio .....	137
6. Conclusão.....	138
<b>9. A POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS-ST DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO AO PISE DA COFINS DEVIDAS PELO CONTRIBUINTE SUBSTITUÍDO.....</b>	<b>139</b>
ANA PAULA SAUNDERS	
1. Introdução.....	139
2. Os Recursos Especiais nºs 1.896.678 e 1.958.265 .....	140
2.1. O REsp nº 1.896.678 .....	140
2.2. O REsp nº 1.958.265 .....	141
3. O regime de substituição tributária no ICMS .....	142
4. Algumas importantes decisões .....	145
5. O voto do Ministro relator Gurgel de Faria .....	152
6. Conclusão: o que se esperar do julgamento do STJ .....	152
Bibliografia .....	153
<b>10. ANTERIORIDADE NONAGESIMAL E OS IMPACTOS NOS BENEFÍCIOS FISCAIS: UMA ANÁLISE DA ADI 7.181/DF E OS BENEFÍCIOS ESTABELECIDOS PELA LC 192/2022.....</b>	<b>155</b>
LUIZA LEITE	

Introdução.....	155
1. Tema Repetitivo nº 1.093 vs. Lei Complementar nº 192/2022.....	156
2. MP nº 1.118/2022 vs. ADI nº 7.181/DF.....	158
3. Lei Complementar nº 192/2022 vs. Lei Complementar nº 194/2022.....	161
Conclusão.....	163
<b>11. ICMS-ST NAS BASES DE CÁLCULO DO PIS/ COFINS. REFLEXÕES SOBRE A DISCUSSÃO OBJETO DO TEMA REPETITIVO 1.125 DO STJ.....</b>	<b>165</b>
FERNANDA DRUMMOND PARISI	
1. Introdução.....	165
2. ICMS-ST “para frente” nas bases de cálculo do PIS e da COFINS: autonomia da discussão mesmo ante a similitude com o Tema 69 da Repercussão Geral.....	166
3. Receita bruta e faturamento X ICMS-ST.....	168
4. Ponderações sobre o custo de aquisição no contexto fático-normativo sob análise.....	172
5. Violação à isonomia.....	173
6. Conclusões.....	174
<b>12. NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 166 DO CTN NA RESTITUIÇÃO DE ICMS-ST – STJ (RESP 525.625/RS).....</b>	<b>177</b>
LEONARDO NUÑEZ CAMPOS e PEDRO RAMOS SANTOS BISNETO	
1. Generalidades.....	177
2. Entraves criados pelos Estados para a restituição do valor devido aos contribuintes.....	181
2.1. Imposição dos requisitos do artigo 166 do CTN pela Lei n. 14.183/2019 do Estado da Bahia.....	183
3. Inaplicabilidade do art. 166 aos casos de restituição de ICMS-ST: uma análise do REsp 525.625/RS.....	184
3.1. Breve histórico do caso.....	185
3.2. Voto do Ministro relator Francisco Falcão (fundamentação vencida).....	185
3.3. Voto-vista da Ministra Assusete Magalhães.....	186
4. Conclusão.....	188
5. Referências.....	188
<b>13. INCLUSÃO DA TARIFA DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (TUST) E DA TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD) NA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICMS) INCIDENTE SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. TEMAS 956/STF E 986/STJ.....</b>	<b>191</b>
PAULO HENRIQUE GARCIA D’ÂNGIOLI, RODRIGO TOMIELLO DA SILVA e JOSÉ GUILHERME COSTA	

Introdução.....	191
1. TUSD e TUST na base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica .....	192
2. Até 2022: competência aparente do STJ para solução.....	198
3. LC 194/22, ADI 7195 e o retorno do Supremo .....	203
Conclusão .....	208
<b>14. AS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO E OS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS NO JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM RELAÇÃO AO DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>211</b>
ANDRÉA DUEK SIMANTOB	
1. Introdução.....	211
2. Breves considerações sobre o conceito de subvenções.....	212
3. Análise do Parecer Normativo CST nº 112/1978 à luz das subvenções governamentais.....	213
4. Histórico das subvenções para investimento pré Lei Complementar nº 160/2017.....	215
4.1. Da “Guerra Fiscal” entre os Estados-Membros da Federação.....	217
4.2. Do CONFAZ.....	218
4.3. Dos objetivos da Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017 .....	218
4.4. Dos vetos aos dispositivos legais da Lei Complementar 160/2017 e suas razões.....	220
4.5. Da derrubada dos vetos pelo Congresso Nacional .....	220
5. Impactos da Lei Complementar 160/2017 nos julgamentos de processos administrativos tributários e os precedentes emanados pelas Cortes Superiores do Poder Judiciário brasileiro .....	221
6. Conclusões.....	226
7. Referências.....	227
<b>15. USO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – VIABILIDADE SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STF.....</b>	<b>229</b>
HAMILTON DIAS DE SOUZA e HUGO FUNARO	
1. Introdução.....	229
2. Cabimento de medidas provisórias em matéria tributária .....	230
3. Limitações ao uso de medidas provisórias em matéria tributária.....	231
4. Conclusão.....	236
<b>16. LIMITAÇÃO DA COISA JULGADA PELO STF E A MODULAÇÃO DE EFEITOS .....</b>	<b>237</b>
ARIANE COSTA GUIMARÃES e ROBERTO QUIROGA MOSQUERA	

Introdução.....	237
1. A orientação do Supremo Tribunal Federal sobre os efeitos das decisões judiciais no ordenamento jurídico .....	238
2. A modulação de efeitos e seus contornos teóricos.....	240
3. A modulação de efeitos da orientação do Supremo Tribunal Federal sobre os efeitos das decisões judiciais no ordenamento jurídico: análise de seu cabimento....	244
Considerações finais.....	251
<b>17. ADC 84 – ANTERIORIDADE E A REVOGAÇÃO DOS DECRETOS 11.321/2022 E 11.322/2022 .....</b>	<b>253</b>
EDUARDO BARBOZA MUNIZ e LIS AGUILEIRA	
Introdução.....	253
1. Da abordagem heurística – Anterioridade como princípio e regra .....	254
2. Da revogação dos Decretos 11.321 e 11.322, de 30.12.2022.....	256
3. Considerações finais .....	262
Bibliografia .....	263
<b>18. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (SÚMULA VINCULANTE 8 DO STF) .....</b>	<b>265</b>
MOZART RODRIGUES FILHO	
<b>19. O POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTÁRIA E UMA BREVE REFLEXÃO QUANTO À SUA APLICABILIDADE NA ESFERA ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>273</b>
CATARINA BORZINO e BEATRIZ GUIMARÃES	
1. Generalidades .....	273
2. A origem da prescrição intercorrente.....	276
3. O Tema 390 (RE 636.652) fixado pelo STF.....	280
4. A contagem do prazo da prescrição intercorrente na visão do STJ.....	284
5. Prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal.....	287
6. Conclusões.....	290
7. Referências.....	291
<b>20. STJ E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA PESSOAL DE ADMINISTRADORES DE PESSOAS JURÍDICAS (TEMAS 962 E 981).....</b>	<b>295</b>
CARLOS ADOLFO T. DUARTE e ROSA MARIA DE CASTRO	
Introdução.....	295
1. Responsabilidade pessoal do administrador por simples inadimplemento do tributo .....	296

2.	Dissolução irregular da pessoa jurídica.....	300
3.	Tema 962 (Recursos Especiais nº 1.377.019/SP, 1.776.138/RJ e 1.787.156/RS)...	302
4.	Tema 981 (Recursos Especiais nº 1.645.333/SP, 1.645.281/SP e 1.643.944/SP)...	304
5.	Conclusão.....	306
<b>21.</b>	<b>SEGURANÇA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 84: ANÁLISE DO IMPACTO DA VACATIO LEGISE DA REGRA DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL NO DECRETO Nº 11.374/2023.....</b>	<b>309</b>
	DANIELLE NASCIMENTO DE SOUZA LINHARES e PEDRO HENRIQUE VIEIRA GRECA MONTEIRO	
	Introdução.....	309
1.	Fatos que deram origem à Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 84.....	311
2.	Tramitação processual da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 84.....	313
3.	Vigência, vigor e eficácia das normas jurídicas.....	314
4.	Análise acerca da segurança jurídica.....	314
4.1.	Segurança jurídica x segurança não jurídica.....	315
4.2.	Sentidos de segurança jurídica.....	316
4.3.	Segurança jurídica, anterioridade nonagesimal e majoração do percentual da alíquota das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS.....	316
	Conclusão.....	319
	Referências.....	319
<b>22.</b>	<b>O DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO ICMS NO COMÉRCIO ELETRÔNICO DE MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMIDOR FINAL, A LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 2022 E O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ANUAL.....</b>	<b>323</b>
	FELIPE KERTESZ RENAULT, TADEU PURETZ e PATRÍCIA SANT'ANNA VARELA	
1.	Generalidades.....	323
2.	Da observância de Lei Complementar para cobrança do diferencial de alíquota – DIFAL do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final.....	324
3.	Da Lei Complementar nº 190, de 2022 e da observância ao princípio da anterioridade anual.....	330
4.	Do princípio da anterioridade anual e da sua aplicação ao ICMS-DIFAL.....	331
5.	Da discussão em âmbito judicial sobre a observância ao princípio da anterioridade anual – Primeira fase (ADIs nº 7.066, 7.070 e 7.078).....	334
6.	Da discussão em âmbito judicial sobre a observância ao princípio da anterioridade anual – Segunda fase (Recurso Extraordinário nº 1.426.271 – Tema 1.266).....	337
	<b>EPÍLOGO.....</b>	<b>341</b>
	FABIO SILVA ALVES	